



Confira cobertura completa do evento que reuniu magistrados em torno de discussões que envolveram a modernização e a humanização da Justiça. O XVII Encontro de Magistrados Paraibanos ocorreu na cidade de Campina Grande, entre os dias 2 e 4 de junho.

Discurso proferido pelo presidente da AMPB, durante solenidade de abertura do XVII Encontro de Magistrados Paraibanos:

Senhores e senhores aqui presentes.
Quarenta anos antes do nascimento de Cristo, exatamente no dia 10 de janeiro, os soldados do 13º Legião romana, formada por quatro mil soldados, chegaram à cidade de Roma, onde não faziam fôrça com a Itália, pois já estavam ali por uma significação histórica ainda hoje lembrada. Os soldados estavam sob o comando do general Múcio Escápio, governador da Gália, na época, para fazer a guerra com os gauleses. Foi um conflito pelo rápido e inesperado na batalha, mas naquele dia estava hesitante. Todos esperavam a sua ordem para atravessar o Rubicão e iniciar uma guerra civil em Roma. Os soldados estavam esperando a ordem de César para decidir quando se viria uma tensão entre o passado e o futuro, na qual todas as ações importantes de uma vida são colocadas em xeque forçando o indivíduo a tomar uma decisão que certamente mudará o seu destino. Foi então que César decidiu atravessar o Rubicão com a sua carreira para se tornar o imperador de Roma e transformar para sempre a história do Estado romano. A partir daquele dia e de famosa travessia do Rubicão, Roma passou a viver um prolongado conflito entre a república e a monarquia e a aristocracia, a senatado e o povo.

Acredito, senhores, que a Justiça brasileira vive nos dias atuais esse embargo que assola os soldados romanos e seu comandante, em que se estabelece uma linha divisória entre a crise de eficiência e o caminho do resgate da credibilidade do Poder Judiciário perante a sociedade. É preciso refletir sobre as causas e as possíveis soluções para superar esse penoso impasse que se instalou no Judiciário: de déficit de efetividade e, por consequência, perda do prestígio e da valorização da magistratura.

As causas da perda de eficiência da Justiça são muitas, partam-se desde a própria leniência do Estado no exercício do seu Poder de fiscalização das grandes corporações que ora violam direitos do consumidor, ora degradam o meio ambiente, ora especulam no sistema financeiro até a carência de estrutura adequada para receber, processar e decidir as ações judiciais.

Há, no Brasil, além de uma cultura de litigiosidade e também de impunidade, uma alta concentração de ações repetitivas, de inúmeros recursos judiciais e de falta de condições de trabalho para juízes e servidores, o que, em última

análise, contribui para formação, dentro da Justiça, de um ambiente de apatia, de falta de motivação e de opacidade que influencia sobremaneira seus agentes no desenvolvimento do seu difícil mister de resolver os conflitos sociais.

Preocupada com essas questões, senhor presidente, Des. Abraham Lincoln, a AMPB realizou uma extensa pesquisa no Judiciário paraibano sobre as condições de trabalho dos juizes, em parceria com Instituto de pesquisa IP4, na qual se observa uma grande dificuldade dos juizes para exercer suas funções no Estado da Paraíba.

Mi tem o ocupante índice de 65,75% de jure, já acumularam funções nos últimos seis meses, atuando em outra comarca ou vau, além da sua de origem. Não bastasse isso, 23,56% afirmaram que o número de servidores em suas unidades administrativas ultrapassou dois anos e 38,35% relataram que sua unidade jurisdicional permaneceu sem qualquer aumento do número de funcionários. A falta de servidores na primeira instância foi apontado como o principal problema enfrentado pelos juízes. 21,97% disseram que não dispõem de recursos humanos para enfrentar as demandas e trabalhar nos processos judiciais. Em segundo lugar, como principal problema relatado está a ausência de assistentes, com um percentual de 15,08%. Os problemas relacionados à infraestrutura de trabalho também foram destacados na pesquisa pelos magistrados, que apontaram a falta de computadores, telefones, equipamentos, de livros, de material de expediente e de segurança.

Hi ainda a necessidade de modernização no judiciário de nosso Estado. A pesquisa mostrou que 63,70% dos entrevistados não trabalham com o processo eletrônico. Além disso, não há disponibilidade de formulários eletrônicos em 67,12% das unidades judiciais do Estado e 69,18% não têm emissão automática de peças judiciais. Outro problema observado na pesquisa foi a baixa qualidade dos serviços de internet nas unidades judiciais, 57,53% dos juizes analisaram como "baixa" a velocidade de conexão da internet.

Constatou-se ainda que o Tribunal de Justiça do Estado não disponibiliza equipamentos de gravação de audiências para 97,26% dos magistrados. Sobre isso que a informatização dos serviços do Judiciário é fundamental, sobretudo, para a celeridade dos processos. Sem a inserção do Judiciário no mundo digital jurais teremos condições de prestar um serviço de qualidade.

Portanto, esse momento requer medidas contundentes de transformação da realidade do Judiciário para que se possa distribuir a população paraibana uma justiça verdadeira, efetiva e rápida.

O desafio do Judiciário paraibano é grande: precisa urgentemente se modernizar, sobretudo na gestão de tecnologia da informação, com a adoção do processo eletrônico, sistemas automatizados de gravação de audiências e

Para que essa mudança se efetive, precisamos de recursos financeiros para investir na contratação de mais juízes e funcionários, na informatização e modernização de sua estrutura.

Daí a necessidade de atenção do Poder Executivo para essa difícil situação do Judiciário de modo a não bloquear verbas orçamentárias e ter a sustentabilidade de reconhecer a independência do Poder Judiciário, sua autonomia financeira e o princípio constitucional da harmonia entre os Poderes para possibilitar dotações orçamentárias concordes com os nossos desafios que visam em última instância, servir ao povo paranaense entregando-o um bem da vida essencial que é o direito à Justiça.

Esse nosso XVII Encontro de Magistrados Paribanos tem por objetivo, além de estabelecer um diálogo com a sociedade, apresentando as dificuldades do Judiciário, proporcionar um momento de reflexão da magistratura para os problemas enfrentados pela Justiça.

Portanto, procuramos trazer para Campinas Grande os maiores especialistas no assunto que tratarão de temas como Criminalidade, Sistema Penal Brasileiro, Infância e Juventude, Processo Judicial Eletrônico e Reforma do Processo Judicial Brasileiro.

Finalizo as minhas palavras, com o pensamento do historiador Pedro Paulo Abreu Fumak: "não são os governantes que fazem a História, isoladamente e conforme a sua vontade; mas somos todos nós que a fazemos, somos nós no fundo, os responsáveis, coletivamente, pelos novos destinos".

Muito Obrigado

Expediente

[illegible]

Decreto de utilidad pública por Ley n.º 2.756, de 25 de junio de 1962, publicada en OGE en 08/07/62.

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 385–392

XVII ENCONTRO



Magistrados prestigiam encontro realizado pela AMPB em Campina Grande

Teve início no dia 2 de junho o XVII Encontro de Magistrados Paraibanos, na cidade de Campina Grande. A solenidade de abertura ocorreu no Garden Hotel e reuniu autoridades de todo o Estado da Paraíba, além de cerca de cem magistrados. Realizado pela Associação dos Magistrados da Paraíba e com apoio do Tribunal de Justiça da Paraíba, o evento teve como tema a "Modernização e Humanização da Justiça: novas tecnologias e reforma do sistema judicial brasileiro".

O presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, recebeu os participantes afirmando que o Encontro tinha por objetivo, além de estabelecer um diálogo com a sociedade, apresentando as dificuldades do Judiciário, proporcionar um

momento de reflexão da magistratura para os problemas enfrentados pela Justiça.

"Esperamos que todos os participantes e a própria sociedade possam colher frutos das importantes discussões e troca de experiências que foram encetadas nestes dois dias de encontro para que possamos mudar a nossa história e construir o Judiciário e um Brasil melhor", disse Silveira.

O presidente da AMPB apresentou, durante seu discurso, o resultado de pesquisa, realizada pela Associação, sobre as condições de trabalho dos magistrados paraibanos. (Veja matéria completa nas páginas 8 e 9 desta edição).

O desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, também participou

da solenidade. Ele reconheceu que os fatos constatados na pesquisa realizada pela AMPB são notórios e não ocorrem só na Paraíba. "Infelizmente não se dá o devido valor ao Judiciário. A falta de recursos humanos é um problema nacional. Isso devido aos problemas de falta orçamentária dos tribunais de justiça", comentou Lincoln.

O desembargador citou ainda que os magistrados da Paraíba estão muito longe das condições ideais para exercer seu exercício. "há muito a desejar na estrutura de trabalho", Abraham Lincoln demonstrou também preocupação com



as dificuldades orçamentárias que o TJPB enfrenta para implementar a nova Loja. Ele falou que pretende conversar com a magistratura paraibana para eleger as prioridades para o Judiciário do Estado.

O prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital do Rego, prestigiou a solenidade de abertura, revelando-se lisonjeado em participar do evento. "É muito bom quando vossas excelências se apresentam, se desnudam para discutir seu próprio dia a dia e colaborar para evoluir com o tempo, modernizando e humanizando as relações com o jurisdicionado", elogiou Veneziano.

Nelson Calandra, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) também participou da solenidade de abertura do XVII Encontro de Magistrados Paraibanos. O desembargador disse que foi uma honra participar do evento, além de parabenizar a iniciativa da AMPB.

O tema desta edição é "Modernização e Humanização da Justiça: novas tecnologias e reforma do sistema judicial brasileiro". O evento é uma realização da Associação dos Magistrados da Paraíba, com apoio do Tribunal de Justiça do Estado (TJPB) e patrocínio de Hyundai Creta, Shopping Boulevard, Gráfica Marcone, FIEP, Facisa, Unimed, Unicred e Rutra.

PALESTRA DE ABERTURA

A solenidade de abertura foi encerrada com a participação de Wálter Fanganiello Maierovitch - Desembargador do TJSP e Professor de pós-graduação em Direito Penal e Processual Penal, que proferiu pa-



Prefeito de Campina Grande deu as boas vindas aos magistrados



Gustavo Batista falou sobre a situação do sistema penal brasileiro

lestra sobre "Criminalidade transnacional e as dificuldades do Poder Judiciário".

"A participação do Professor Wálter foi importante para mostrar à sociedade e à comunidade jurídica como o crime organizado tem crescido nas últimas décadas e que é preciso uma atuação sistemática do estado, especialmente no controle das operações financeiras das organizações criminosas", comentou o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira, que comandou os trabalhos da mesa referente à palestra do desembargador de São Paulo.

MERCANTILISMO NO XVII ENCONTRO DE MAGISTRADOS

Mercantilização do Sistema Penal Brasileiro, este foi o tema de palestra proferida por Gustavo Batista - Mestre em Direito e Professor da UFPB, durante o XVII Encontro de Magistrados Paraibanos, na manhã da sexta-feira (03 de junho), no Garden Hotel, em Campina Grande.

Gustavo fez um comparativo entre as ações que contam com trabalho da defensoria pública que, segundo ele, vem atuando com uma estrutura



Desembargador Wlter Fanganello proferiu a palestra de abertura do evento



Palestra sobre infância e juventude, proferida por João Saraiva, agradou os juizes que atuam na área

deficiente, e os usuários que podem utilizar o trabalho de grandes escritórios particulares de advocacia.

Ele fez esclarecimentos sobre a situação do sistema penal brasileiro. A palestra foi acompanhada por desembargadores, juizes e estudantes de Direito da Faculdade Cesed/Facisa, patrocinadora do evento.

Para comprovar a mercantilização do sistema penal, o palestrante comentou sobre a atuação decrescente da defensoria pública junto aos tribunais de sobreposição; taxa de êxito nos recursos de Habeas Corpus concedidos entre a defensoria pública e os escritórios particulares, em 2008: o STF concedeu 355 HCS, sendo que 83 eram oriundos da defensoria

(23,38%) e o restante foram originados em escritórios particulares.

O professor Gustavo Batista é um dos autores do livro "Direitos Humanos em uma época de insegurança". Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando e orientando monografias, principalmente, nos seguintes temas: prisão, teorias da pena, penas alternativas, controle social, criminologia, política criminal, violação de interesses coletivos e vitimização difusa.

O juiz Marcos William de Oliveira acompanhou a apresentação de Gustavo e afirmou que os juizes recebem de braços abertos o professor, para ganhar mais conhecimento através da palestra. "A participação de Gustavo acerca do mercantilismo foi brilhante. Nós estamos

plenamente satisfeitos, pois ele nos brindou com uma palestra rica em conhecimento, de evolução histórica, filosofia, sistema prisional e pena prisional. Enfim, ele realmente conhece a fundo o tema ao que se propôs palestrar", considerou o magistrado.

Infância e Juventude levam magistrados à reflexão

Para refletir a respeito da humanização da Justiça, a Associação dos Magistrados da Paraíba convidou o juiz João Batista Costa Saraiva (RS) - para falar aos paraibanos sobre "O Devido Processo Legal na Infância e Juventude" - abordando a responsabilidade penal de adolescente".

A juíza Ivna Mozart Bezerra Soares Moura acompanhou a palestra e destacou como ponto principal "o entusiasmo com que Saraiva tratou do tema, especialmente insistindo na necessidade dessa tomada de consciência para o juiz que atua com a infância e juventude que, como ele mesmo falou na palestra, ainda é subvalorizada no meio jurídico como um todo", afirmou. Segundo Ivna, "cada ensinamento aqui apreendido é excelente para a aplicação no nosso dia a dia de trabalho", assegurou.

Os trabalhos da mesa da apresentação de Saraiva foram dirigidos pelo juiz Max Nunes de França, diretor do Departamento da Infância e Juventude da AMPB, e pela juíza Maria dos Remédios Poredeus Pedrosa, presidente do Fórum Estadual da Justiça da Infância e da Juventude.

"A palestra de João Batista Saraiva foi bastante enriquecedora, não só para os magistrados que atuam na área da infância e juventude, mas para todo o público em geral pois ele abordou uma visão constitucional do direito penal juvenil, despertando em cada participante



a curiosidade de conhecer um pouco mais sobre o direito da infância e juventude", opinou o juiz Max Nunes.

"Para os magistrados que atuam na área, a palestra serviu de marco para o desenvolvimento de novas práticas, pois ele destacou bem a importância da criança e adolescente como ser em desenvolvimento e que precisa de uma atenção diferenciada do julgador uma vez que a noção de tempo para uma criança ou adolescente é bem diversa da noção de tempo para um adulto. Ele conseguiu despertar em todos a ideia de que a Justiça da Infância e Juventude precisa estar bem aparelhada para poder dar uma resposta efetiva e rápida às demandas que lhe são apresentadas", completou o magistrado paraibano.

Segundo Max, a iniciativa de convidar João Saraiva partiu do Departamento da Infância e Juventude da AMPB, a partir de demanda do FOEJUV - Fórum Estadual dos Juizes da Infância e Juventude - que vislumbrou a necessidade de melhor capacitar os magistrados na área, uma vez que esta temática é geralmente colocada de lado em congressos.

Palestras sobre Pje e CPC

Na tarde da sexta-feira (03 de junho), o XVII Encontro de Magistrados Paraibanos contou com palestras do integrante do Conselho Nacional do Ministério Público, Bruno Dantas, e Marivaldo Dantas de Araújo, juiz de Direito do TJRN e auxiliar da presidência do CNJ.

A implantação do Processo Judicial Eletrônico (Pje) foi abordada pelo integrante da Comissão de Infraestrutura e Tecnologia do Conselho Nacional de Justiça, responsável pelo desenvolvimento do sistema que visa a substituir as ações de pa-

pel e unificar o Judiciário Brasileiro. Marivaldo Dantas fez comentários explicativos sobre o novo sistema que deve ser implantado pelo TJPB em todas as varas da Paraíba.

Ao prestar esclarecimentos sobre o funcionamento do processo eletrônico, o palestrante enfatizou a necessidade de

uma infraestrutura adequada para o sucesso da implantação do sistema. Os trabalhos desta palestra foram dirigidos pelos magistrados Meales Medeiros de Melo e Antônio Silveira Neto.

Já Bruno Dantas, Mestre e doutorando em Direito Processual Civil pela PUC-SP, e consultor do Senado e



Marivaldo Dantas explicou o funcionamento do Pje aos participantes do Encontro



Bruno Dantas expôs seus conhecimentos e respeito do novo CPC

integra a comissão de 12 juristas encarregados de elaborar o anteprojeto do CPC, apresentou aos participantes do Encontro a necessidade de mudanças no Código de Processo Civil. A mesa da palestra de Bruno Dantas foi ocupada pelos juizes Alexandre Targino Gomes Falcão e João Batista Barbosa.

Para o juiz Ramonilson Alves Gomes, a participação de Bruno Dantas foi importante, tendo em vista "o advento de um novo CPC é uma iminência, deve acontecer nos próximos dias". Ele reconhece que "a magistratura precisa estar preparada pra lidar com essa ferramenta que, sem dúvida, é a principal de atuação na área cível - hoje muito mais vocacionada para a defesa da dignidade e a realização dos direitos fundamentais", afirmou.

"Nesse sentido, a palestra do professor Bruno foi muito esclarecedora e democrática, já que ele abriu para os debates e propiciou uma interação", opinou Ramonilson. "Acho que quem participou do evento saiu daqui um pouco mais enriquecido e preparado ou, ao menos, com a mente aberta para nova realidade que se apresenta", declarou.

Bruno Dantas, em sua apresentação, defendeu os benefícios que o novo CPC trará para a Justiça brasileira. "De modo geral, o projeto atende bem às expectativas da sociedade brasileira, é necessário que os operadores do Direito vejam esse Código como um instrumento facilitador de seu laboratório", disse o palestrante.





Presidente do TJPB convidou participantes a unir forças para enfrentar problemas do Judiciário



Juizes Antônio Silveira e Hércio Melo agradecem a participação de Veneziano Vital



Autoridades comparecem à solenidade de abertura

Mídia repercute Encontro de Magistrados e Pesquisa da AMPB ganha destaque

Consolidando a credibilidade que a Associação dos Magistrados da Paraíba possui diante dos meios de comunicação, o evento realizado em Campina Grande foi amplamente divulgado em portais de notícias, rádios, TVs e jornais impressos.

Foram divulgadas matérias sobre a realização do encontro, bem como houve o acompanhamento tanto da solenidade de abertura como das palestras realizadas.

O resultado da Pesquisa da AMPB

2011 sobre as condições de trabalho dos magistrados da Paraíba também ganhou destaque nos principais jornais impressos que circulam nesta região.

A boa repercussão do Encontro e da Pesquisa na mídia é fruto do trabalho institucional da AMPB, que atua no sentido de esclarecer a sociedade a respeito das dificuldades enfrentadas no dia a dia pela magistratura paraibana e sua preocupação em discutir e buscar soluções para tais problemas.



Programação social fortalece união da categoria

O Festejo Junino da AMPB abriu a programação social do XVII Encontro de Magistrados Paraibanos, na noite do dia 03 de junho. Um jantar dançante, com muito forró e comida típica, reuniu juizes, desembargadores e familiares em um momento de alegria e confraternização.

O evento ocorreu no salão de festas do Garden Hotel, que recebeu uma linda decoração junina. Para assegurar o arrasta pé, Os Três do Nordeste e Aleijadinho de Pombal tocaram o típico forró nordestino, o que garantiu o sucesso do jantar. Os convidados foram brindados com uma lembrança no evento, recebendo fotos que revelaram a emoção e alegria do momento.

No dia 04 de junho, a AMPB encerrou o Encontro oferecendo um churrasco aos magistrados que prestigiaram o evento. A confraternização ocorreu na área de lazer do Garden Hotel e contou com show do cantor de forró Biliu de Campina.

Para o juiz Max Nunes de França, "o XVII Encontro atendeu bem às expectativas de todos, tanto na parte científica quanto na parte social, serviu de momento de confraternização entre os colegas e de estímulo a eventos futuros, devido ao alto grau de excelência com que foi programado", revelou.

"Veja fotos do evento

em encarte desta edição especial e também na seção "Galeria de Fotos" no site da AMPB.



Apóio Patrocinadores



Na Paraíba, 65,75% dos juízes acumulam funções

Ao concluir pesquisa para identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelos magistrados paraibanos no exercício da profissão, a Associação dos Magistrados da Paraíba constatou o preocupante índice de 65,75% de juízes que já acumularam funções nos últimos seis meses, atuando em outra comarca ou vara, além da sua de origem.

"Este alto índice é consequência do número de comarcas vazias em nosso Estado", verifica o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira. "Podemos constatar também que nossa magistratura é bastante 'amadurecida', composta em sua maioria por magistrados que já possuem mais de dez anos de exercício na profissão, 64%", informou Silveira ao enfatizar que desde o ano de 2002 o TJPB não realiza concurso para juiz substituto.

Há ainda a necessidade de modernização no Judiciário de nosso Estado. A pesquisa mostrou que 63,70% dos entrevistados não possuem processo eletrônico E-Jus na vara onde atuam. Além disso, não há formulários eletrônicos em 67,12% das unidades judiciais do Estado e 69,18% não têm emissão automática de peças judiciais. Outro problema observado na pesquisa foi a baixa qualidade nos serviços de internet nas unidades judiciais, 57,53% dos juízes analisaram



como "baixa" a velocidade de conexão.

Constatou-se ainda que o Tribunal de Justiça do Estado ainda não disponibiliza equipamentos de gravação de audiências para 97,26% dos magistrados. "A informatização dos serviços do Judiciário é fundamental, sobretudo, para a celeridade dos processos", afirma Antônio Silveira, presidente da AMPB. "Sem a inserção do Judiciário no mundo digital jamais teremos condições de prestar um serviço de qualidade", enfatiza o magistrado.

Dentre as outras dificuldades apresentadas pela pesquisa encomendada pela AMPB, 21,97% dos entrevistados apontaram a carência de servidores na Justiça. Em 69,86% das unidades há apenas um analista judiciário. Já 84,93% dos juízes afirmaram não ter auxiliar judiciário em suas varas. Em 76,71% das comarcas não existe perito do Estado. Os problemas relacionados à infraestrutura de

metais fixos.

"Nosso Judiciário precisa avançar. Para isso, é necessária uma mudança profunda. Para que essa mudança se efetive, precisamos de recursos financeiros para investir na contratação de mais juízes e funcionários, na informatização e modernização de sua estrutura", afirmou o juiz Antônio Silveira.

"Dai a necessidade de atenção do Poder Executivo para essa difícil situação do Judiciário, de modo a não bloquear verbas orçamentárias e ter a sensibilidade de reconhecer a independência do Poder Judiciário, sua autonomia financeira e o princípio constitucional da harmonia entre os Poderes para possibilitar dotações orçamentárias condizentes com os nossos desafios que visam, em última instância, servir ao povo paraibano, entregando-o um bem da vida essencial que é o direito à Justiça", concluiu o presidente da AMPB.

trabalho também foram destacados na pesquisa pelos magistrados, 17,46% citaram como exemplo instalações físicas inadequadas, falta de equipamentos, de livros e de material de expediente. A falta de segurança foi citada por 9,18%. Em 65,07% das unidades judiciais o TJPB não disponibiliza detector de

Presidente do TJPB reconhece dificuldades

No encontro promovido pela AMPB, o desembargador Abraham Lincoln comentou a pesquisa feita pela associação, quando aponta dificuldades como falta de servidores e melhor estrutura, enfrentadas, especialmente, pelos juizes na primeira instância. Ele observou que esse não é um problema de hoje, mas que merece a atenção e a busca de soluções. Lembrou que assumiu o cargo de presidente há pouco mais de quatro meses e já começou a enfrentar os problemas, apesar das limitações orçamentárias do Tribunal de Justiça.

O desembargador pontuou o momento difícil que passa a magistratura do país, lembrando questões e fatos que têm sido motivo de questionamentos na sociedade, mas que merecem uma reflexão maior, para que se enxergue que a morosidade nas decisões judiciais não é da responsabilidade direta do Poder Judiciário, como se apregoa. Ele lembrou a infinidade de recursos em nosso ordenamento jurídico.

Abraham Lincoln chegou a exemplificar a realidade da Justiça nos Estados Unidos, onde um infrator, flagrado em velocidade, é apresentado ao magistrado que, de imediato, emite a pena que lhe é imposta. No Brasil há casos como um fato recente, em que um réu confesso, condenado a 7 anos de reclusão, somente veio iniciar o cumprimento da pena 11 anos depois. "Isso foi mais um reforço para que a 'PEC dos Recursos' (que visa a redução de recursos protelatórios) tenha andamento no Congresso Nacional. É preciso que a Justiça chegue efetivamente mais rápido, não só na área criminal, mas também no âmbito cível", reiterou o presidente.

"Nas causas de menor complexidade, precisamos deixar as formalidades, trazendo modelos e condições para que o juiz togado possa agir rápido, decidir, assim como acontece nos Estados

Unidos", reforçou o desembargador.

Em pronunciamento no Encontro, o magistrado avaliou que "nosso modelo é longe do que se pretende a sociedade. A celeridade da Justiça depende dos nossos representantes no Congresso Nacional e a sociedade precisa saber disso e cobrar que os parlamentares façam as leis para que os magistrados possam aplicar. Os magistrados não podem ser responsabilizados diretamente pela falta de celeridade, pois cumprem os ritos impostos pelas leis".

Em nível de Paraíba, o desembargador disse que reconhece as deficiências, não só como presidente do Poder Judiciário, mas também como magistrado. Sabe que a situação ainda está longe da ideal, em especial, na primeira instância. "Temos poucos servidores, problemas de estrutura nos locais de trabalho. Quando Corregedor, verifiquei que em muitas comarcas, gabinetes de juizes, pareciam 'cubículos' e essa não é uma situação que se muda da noite para o dia, mas dentro das condições orçamentárias, daremos melhores condições de trabalho aos magistrados e aos servidores", frisou.

O presidente enfatizou que está sendo aplicada, nesse início de gestão a nova Loja. Foram criados 67 cargos de juiz, mais 700 de técnicos e analistas, e outros 150 de assessores de magistrados que, juntando-se aos atuais existentes, em torno de 100, ainda estão longe do ideal. "Sabemos da necessidade de nomear novos juizes e servidores, no entanto, diante da diversidade de soluções, temos que eleger prioridades e essas situações estamos buscando através de conversas e reuniões para detectar as necessidades prioritárias em cada circunscrição", disse.

O desembargador lembrou que tem conversado com o próprio presidente da AMPB, Juiz Antônio Silveira Neto e outros juizes sobre sua preocupação na implementação da Loja da forma mais

SOBRE A PESQUISA

A investigação foi desenvolvida e monitorada pela empresa "IP4", instituto de pesquisa de mercado e opinião, com estrutura adequada para realização de estudos qualitativos e quantitativos. A coleta dos dados ocorreu entre os dias 9 de abril e 04 de maio. As entrevistas foram realizadas com magistrados de todas as regiões do Estado.

PERFIL DA AMOSTRA 2011

SEXO: Masculino – 63,70% / Feminino – 36,30%
FAIXA ETÁRIA: 25/34 anos – 13,01% / 35/44 anos – 40,41% / 45/59 anos – 40,41% / Acima de 60 anos – 6,16%
TEMPO DE EXERCÍCIO DA PROFISSÃO: Acima de 2 a 5 anos – 4,11% / Acima de 5 a 10 anos – 31,51% / Acima de 10 anos – 64,38%

ANÁLISE COMPARATIVA

Em 2009, a AMPB realizou a primeira pesquisa sobre as condições de trabalho dos magistrados da Paraíba. O resultado revelou, sobretudo, que a escassez de servidores e o acúmulo de funções dos juizes dificultavam a agilidade da Justiça paraibana - problemas ainda apresentados pelos entrevistados na pesquisa agora realizada, dois anos após. À época, a AMPB entregou relatório sobre o resultado da pesquisa ao CNJ, que realizava inspeção no Judiciário paraibano.

célere possível. "Infelizmente, já iniciamos a gestão com problemas no repasse do duodécimo. Depois veio a decisão do STF, suspendendo as nomeações e as remoções de servidores. E por último, a impossibilidade de se utilizar os recursos do Fundo Judiciário nas construções de fóruns e depósitos judiciais", reforçou ele, ao concluir que "são situações contrárias e complexas que atrapalham nosso cronograma de metas."

FONTE:TJPB

Magistratura manifesta apoio à PEC dos Recursos e defende subsídios



Encontro com Cezar Peluso foi deliberado em reunião do Conselho de Representantes da AMB.

O presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira, esteve em Brasília, no dia 31 de maio, quando cerca de 90 magistrados de todo o Brasil foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) manifestar apoio às ações do ministro Cezar Peluso no sentido de dar celeridade à prestação jurisdicional - principalmente à chamada PEC dos Recursos. Estiveram com Peluso representantes da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), representantes da Associação dos Juizes Federais (Ajufe) e da Anamatra, além de presidentes de Tribunais de Justiça estaduais.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) defendida pelo presidente do Supremo pretende reduzir o número de recursos, dando eficácia imediata às decisões judiciais de segunda instância. Para o presidente da AMB, Nelson Calandria, a proposta representa avanço significativo na melhoria da prestação jurisdicional. O vice-presidente da Ajufe na 2ª Região, Fabrício de Castro, concordou: "No que interessa à prestação jurisdicional rápida, eficiente e segura, a proposta do presidente do STF foi muito feliz", disse o juiz.

Valorização

Em carta entregue a Peluso durante o encontro, a AMB manifesta "integral apoio à proposta de reforma do sistema recursal no Poder Judiciário Brasileiro, com inafastável valorização, principalmente, das decisões proferidas no primeiro grau e nos Tribunais Estaduais, do Distrito Federal e Regionais Federais e do Trabalho".

Ainda de acordo com o documento entregue ao presidente do Supremo, "a magistratura está convicta de que a proposta representa avanço significativo na melhoria da

eficiência e efetividade da prestação jurisdicional".

Ao agradecer a manifestação dos magistrados, o presidente do STF disse acreditar que esse movimento da magistratura é um fato inédito. "É um dia para ser celebrado", comemorou. A magistratura percebeu que a coesão faz a força, "e nós precisamos ter força, para mostrar para a sociedade que o trabalho da magistratura é um trabalho consciente, um trabalho sério e importante para a sociedade".

Ao falar sobre a PEC dos Recursos, que faz com que decisões de segunda instância passem a ser executadas, independentemente da interposição de recursos às cortes superiores, o ministro frisou que até o momento, analisando "com objetividade e sem paixão, de olhos postos naquilo que interessa à sociedade", não teve conhecimento de qualquer objeção à proposta que tenha feito "empalidecer" sua convicção de que ela está no caminho certo. Para o presidente, a maioria das críticas e objeções articuladas parte de equívocos.

Outros temas

No encontro, realizado no Salão Branco do edifício sede do Supremo, ainda foram tratados outros temas de interesse da magistratura nacional, como os subsídios dos magistrados e o adicional por tempo de serviço para a categoria.

Segue ao lado, na íntegra, carta entregue ao ministro Peluso, assinada por Henrique Nelson Calandria, Presidente da AMB; Renato Henry S'Antônio, Presidente da Anamatra; Fabrício Fernandes de Castro, Vice-Presidente da Ajufe; e Marcus Faver, Presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais.

CARTA DA MAGISTRATURA

Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Supremo Tribunal Federal
Ministro CEZAR PELUSO,

A ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB em conjunto com o COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS, em nome da Magistratura Nacional e neste ato, representada fisicamente por expressiva parcela de suas lideranças, vem à ilustre presença de Vossa Excelência, em um primeiro plano, manifestar integral apoio à proposta de reforma do sistema recursal no Poder Judiciário Brasileiro, com inafastável valorização, principalmente, das decisões proferidas no primeiro grau e nos Tribunais Estaduais, do Distrito Federal e Regionais Federais e do Trabalho.

A Magistratura está convicta de que a proposta representa avanço significativo na melhoria da eficiência e efetividade da prestação jurisdicional.

De outro lado, mas não em menor importância, temo afetar aos Membros do Poder Judiciário, os da ativa, inativos e pensionistas, segue a luta para a recomposição das perdas inflacionárias aos subsídios da Magistratura e a disparidade remuneratória com o Ministério Público.

E por fim, cremos que o resgate do ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO com integral apoio da Corte Suprema, acarretará o retorno do prestígio e valorização da experiência nos quadros do Poder Judiciário, somando-se a proposta da PEC nº 26/11 que restabelece a proteção previdenciária aos magistrados do século XXI, aposentados e pensionistas.

Reconhecemos na liderança desempenhada por Vossa Excelência verdadeira cruzada na defesa de um direito inalienavelmente ligado à independência do Poder Judiciário, motivo pelo qual não é demais registrar a confiança que a Magistratura Nacional deposita no Chefe do Poder em conduzir o tema jureto ao Congresso Nacional de modo a resultar o reconhecimento da garantia na recomposição integral das perdas inflacionárias no período.

Brasília/DF, 31 de maio de 2011.

*Cópia informada à Assom do STF e da AMB.

Ministros recebem comissão da AMPB em defesa dos aposentados

Atuar de maneira mais intensa em defesa dos magistrados aposentados da Paraíba, lutando para que estes retomem o direito a receberem seus proventos através do Poder Judiciário do Estado. Este foi o objetivo da Associação dos Magistrados da Paraíba em audiências ocorridas nos dias 23 e 24 de maio, com os ministros Ayres Britto e Gilmar Mendes, em Brasília.

O presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba, juiz Antônio Silveira Neto, o juiz aposentado Bonifácio Lobo, diretor do Departamento de Inativos e Pensionistas da AMPB, e o juiz Francisco Jackson Ferreira, conversaram com os ministros no sentido de solicitar agilidade no julgamento de ações de interesse dos magistrados aposentados paraibanos, que tramitam no STF.

O tema tratado na reunião com Ayres Britto refere-se ao RE 485652/PB - referente a Mandado de Segurança, da Associação dos Magistrados da Paraíba. O MS sustenta que a gestão da previdência pela PBPREV fere a autonomia do Poder Judiciário, entendimento que foi admitido pelo desembargador Antônio Elias de Queiroga, atualmente aposentado, e pelo Pleno do TJPB, em agosto de 2005.

Já na reunião com Gilmar Mendes os paraibanos cobraram agilidade no julgamento da ADI 3593, impetrada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), no sentido de impugnar diversos artigos da Lei nº 7.517/03, do estado da Paraíba, que criou a Autarquia denominada PBPREV - Paraíba Previdência e dispôs sobre a organização do Sistema de

Previdência dos Servidores deste estado. Roberto Portugal Bacellar, diretor da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), também participou da reunião.

Antônio Silveira revela que artigos da referida lei violam a autonomia e a independência financeira e administrativa dos Poderes do estado, repercutindo diretamente sobre o princípio da separação dos poderes (CF art. 2º c/c art. 60, § 4º, III), que é um dos pilares do estado democrático de Direito. A referida Ação Direta de Inconstitucionalidade tramita no STF desde o ano de 2005.

Além disso, a transferência dos magistrados aposentados para instituto de previdência do Poder Executivo ataca a independência funcional do magistrado. Como agente político e membro do Poder Judiciário, tem sua autonomia fragilizada quando atinge a aposentadoria e passa a receber seus subsídios através de uma autarquia que não faz parte de seu Poder de origem.

Silveira lembrou ainda que há precedente jurisprudencial favorável aos paraibanos, referindo-se à ADI nº 1.578- Alagoas. Ao julgá-la, o STF impugnou lei estadual que dispunha sobre a criação de uma "central de pagamentos de salários do Estado" no Poder Executivo, para alcançar também o Poder Judiciário, no estado de Alagoas.

Segundo o juiz aposentado José Bonifácio Lobo, diretor do Departamento de Inativos e Pensionistas da AMPB, o trabalho em prol dos aposentados será intenso este ano. "Nossos colegas podem ter a certeza que não mediremos esforços

para atingir o objetivo de retomar o direito destes que já prestaram grandes serviços à Justiça de nosso Estado", afirma Bonifácio. "Esta situação de discriminação não pode ser levada adiante", reforça o magistrado.

As reuniões com os ministros são parte de objetivo traçado durante o planejamento 2011 da AMPB, quando a Diretoria e o Departamento de Inativos e Pensionistas se comprometeram em realizar gestões junto ao STF para agilizar processos judiciais que tramitam em Brasília e acompanhar de perto as ações que visam garantir direitos aos magistrados aposentados.

Reunião com aposentados e pensionistas no dia 13 de junho

A AMPB realizará reunião com os magistrados aposentados e com pensionistas no dia 13 de junho (segunda-feira), às 09:00h, na biblioteca do Fórum Civil da Capital, com a seguinte pauta: Retorno da folha de pagamento para o TJPB - Ações no Supremo Tribunal Federal; Parcela Autônoma de Equivalência - PAE; Precatórios e Subsídios.

"Estamos convocando nossos colegas aposentados para este encontro com o objetivo de prestar conta de nossa atuação em defesa de seus direitos", diz Antônio Silveira. "A AMPB vem, cotidianamente, empenhando-se na busca da efetivação dos direitos de seus magistrados aposentados e pensionistas, e mesmo tendo obtido grandes conquistas nos últimos anos, temos certeza de que a luta continua", completou o presidente da AMPB.

CÉLERES

COMUNICAÇÃO JURÍDICA

Uniformização

A segunda etapa do I Fórum Interdisciplinar de Uniformização de Condutas Jurídicas, com o tema "Integração, Uniformização e Humanismo", ocorreu em Campina Grande, nos dias 5 e 6 de maio. O encontro reuniu 57 juizes da região da Borborema e é promovido pelo TJ, através da Escola Superior da Magistratura (Esma) e Corregedoria Geral de Justiça, com o apoio da AMPB e da Unicred. O objetivo central do Fórum foi trazer a uniformização de ações e condutas na esfera jurisdicional e propiciar aos jurisdicionados maior credibilidade e confiança na atuação do Judiciário.

Retificação do IRPF

O Tribunal de Justiça da Paraíba divulgou, no dia 09 de maio, no site www.tjpb.jus.br, link para consulta dos rendimentos recebidos acumuladamente, decorrente do pagamento da PAE durante o ano de 2010, com o objetivo de possibilitar aos juizes e desembargadores a retificação da declaração de Imposto de Renda de 2011. Além dos dados constantes na consulta, o próprio Tribunal elaborou um quadro que orienta os magistrados a preencherem corretamente a declaração de retificação do Imposto de Renda.

"Arraiá do Tribunal"

A terceira edição do "Arraiá do Tribunal" será realizada no próximo dia 17 de junho, às 21 horas, na Casa Roccia, em João Pessoa. O evento terá como atração musical o cantor Pinto do Acordeon. Haverá premiações para o melhor casal, traje típico e casal mais animado. Os ingressos estão à venda nas secretarias dos fóruns cível e criminal da capital, ao preço de R\$ 35,00.

Adoção

Em comemoração ao Dia Nacional da Adoção (25 de maio), a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), que tem a coordenação da Corregedoria Geral de Justiça, elaborou uma programação especial em homenagem a esta data. Dentro da Campanha de Adoção 2011, que traz o tema "Adoção... Viva Este Amor", foi servido um café da manhã no Busto de Tamarandé, seguido de panfletagem, abordando a importância do ato de adotar. Foi lançado ainda o V Concurso de Redação e do Projeto do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção (Gead-JP) - "Adoção, pelo direito de viver em família".

Memorial

Em comemoração aos 120 anos do Tribunal de Justiça da Paraíba, o "Memorial Virtual do Judiciário paraibano" foi lançado, em solenidade, no último dia 26 de maio, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça da Paraíba. Na ocasião, o presidente da Corte, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, assinou o Ato da Presidência, instituindo, oficialmente, a ferramenta, que já pode ser acessada através do site do TJPB. "As pessoas que querem conhecer a trajetória do TJPB, desde a sua instalação, têm mais esta opção e não precisam mais se deslocar, fisicamente. Podem fazer isso através do portal na internet", afirmou.

*Algumas informações desta página têm como fonte a Ascom do TJPB.

DEFESA DO ASSOCIADO

Atentando para o fato de que o Poder Judiciário é independente, não se sujeitando a qualquer tipo de controle exercido pelo Poder Legislativo municipal, muito menos a inconformismo das partes envolvidas, a AMPB encaminhou ofício a Domingos Sávio Maximiano Roberto, Presidente da Câmara Municipal de Princesa Isabel.

O fato se deu por ter chegado ao conhecimento da AMPB a remessa do Ofício-CM-087/2011 dirigido ao magistrado Fabrício Meira Macedo, juiz de Direito da Comarca de Princesa Isabel, no qual foram solicitadas informações a cerca dos "critérios adotados para a realização de operações policiais com mandados de busca e apreensão, prisões, abordagens, etc..".

O teor do requerimento causou estranheza à AMPB, haja vista que todas as decisões judiciais são fundamentadas e já estão presentes nos próprios autos. A surpresa se deu, sobretudo, pelo requerimento ter sido formulado por vereador que é parte envolvida no processo judicial de onde foram emanadas as decisões.

A Associação frisou, no ofício, que os fatos narrados não corroboram com a atuação judicial, uma vez que a mesma segue os princípios constitucionais que motivam as decisões prolatadas, onde não cabem quaisquer abusos. Estes, se ocorrerem, devem ser comunicados às autoridades para apuração das condutas, ou, ao Judiciário para reparação de danos à imagem, patrimônio, ou incolumidade física.









MOJIBELARDO - HUMANCARDO
CONSEJO
JULIO
CONSEJO
MOJIBELARDO - HUMANCARDO
CONSEJO
XVII ENCONTRO
DE MAGISTRADOS
PARAIBANOS







